

Porque Sarney governará 5 anos

“**S**abe por que não teremos eleições presidenciais em novembro próximo? Não teremos porque ninguém quer. Ulysses não quer, Brizola também não, Aureliano e Marco Maciel tampouco”, acusa o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, às vésperas do anúncio de sua adesão ao novo partido que os senadores José Richa e Fernando Henrique Cardoso estão articulando. Covas não poupa as esquerdas em geral: “Também elas não se empenharam, firmemente, em tentar assegurar para já a escolha do sucessor de Sarney. Não se entende, am no palanque pelas diretas.”

Ulysses preferiu o mandato de cinco anos para o atual presidente “porque ficou com medo de assistir a uma derrota do PMDB”, argumenta o senador. Pela mesma razão, os líderes do PFL preferiram esquecer o compromisso assumido por Tancredo Neves e rejeitado por Sarney de o primeiro governo da Nova República não durar mais de quatro anos. Brizola sabe que a transferência para 1989 da eleição presidencial poderá ampliar suas chances de ser eleito. A disputa será travada pela televisão e valerá menos o peso das estruturas partidárias.

“Só um grupo reduzido de malucos, como eu e alguns outros, se esforçou e quis acreditar na vitória do mandato de quatro anos”, observa Covas, bem-humorado. O que não é muito comum no seu caso. Ele diz poder adivinhar o que se seguirá à votação do mandato de cinco anos para Sarney. “Ulysses empurrará o PMDB, gradualmente, para a oposição ao governo”, calcula. “Na convenção nacional do partido, oferecerá generoso espaço de direção a elementos mais à esquerda. O PMDB posará, de novo, com seu antigo discurso progressista.”

Covas discorda dos que pensam que Ulysses não terá em 1989 a possibilidade de ganhar a indicação do PMDB como candidato à Presidência da República. “Ele continuará sendo o aspirante a candidato mais forte do partido”, assegura. “Não perderá a condição de ser o nome mais capaz para unir as forças políticas heterogêneas que continuarão abrigadas no PMDB.” Quanto à confirmação definitiva de sua saída para o partido a ser formado pelos dissidentes do PMDB e do PFL, o senador acha melhor não fazê-la por enquanto. Mas entre amigos já a fez.

No meio da semana passada, de uma vez por todas e sem deixar margem a dúvidas, Covas foi franco e direto com os senadores Richa e Fernando Henrique, com o deputado Pimenta da Veiga e com o ex-

governador Franco Montoro, reunidos com ele em Brasília: “Irei para o novo partido. Esse é um assunto liquidado. Agora, peço que compreendam que o momento e a forma de fazê-lo me pertencem e só a mim.” Montoro ficou tão eufórico com a revelação que admitiu, mais uma vez, ser candidato a prefeito de São Paulo:

— Pelo novo partido, farei qualquer coisa.

Pelo PMDB do qual está prestes a se despedir, Covas ainda será capaz de fazer algumas coisas, outras não. O deputado Ulysses Guimarães pediu-lhe que atuasse para impedir a aprovação de qualquer emenda que alargue os limites da anistia aos militares punidos pelo movimento de 64. Pediu-lhe, também, que evitasse a aprovação da emenda que perdoa as dívidas contraídas pelos pequenos empresários durante o plano cruzado. “Ele que segure essa sozinha, eu não”, descartou Covas em conversa com Richa.

Menos pelo PMDB e mais para afastar o risco de a Constituinte alterar no segundo turno decisões tomadas no primeiro, Covas poderá adiar a renúncia à liderança do partido. Vive esse dilema nos últimos dias, pressionado de todos os lados.

Disparate — Há uma evidente contradição entre o comportamento adotado pela bancada do PT na Constituinte e sua recente inclinação, revelada no último fim de semana em São Paulo, de não assinar a nova Constituição caso ela não corresponda às suas expectativas. Foi moderada a conduta da bancada na Constituinte até aqui. A ocupar-se de fixar, apenas, posições, preferiu negociar com os demais partidos a aceitação de algumas de suas teses. Várias foram aceitas.

Recusar-se a assinar a futura Constituição é ceder ao radicalismo que parecia abandonado. Quando disputou as eleições de 1986 e tomou assento na Constituinte, o PT se dispôs a acatar e a se conduzir de acordo com as regras do jogo político e democrático. Delas, extraiu dividendos sempre que pôde. Denunciá-las, agora, cheira a oportunismo. Além de ser arriscado: se o partido desconhece a nova ordem jurídica, pode também; por ela, ser desconhecido.

Boa ou ruim, defeituosa ou não, a futura Constituição existirá para ser respeitada. Só o Congresso, pela grande maioria dos seus membros, poderá alterá-la. Elementar, meu caro Lula.

Ricardo Noblat